

NATUREZA E
EXPANSÃO ECONÔMICA
NAS PÁGINAS DA
REVISTA DO INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE SÃO
PAULO*

Marcelo Lapuente Mahl*

NATURE AND ECONOMICAL
EXPANSION ON THE PAGES
OF THE MAGAZINE OF THE
GEOGRAPHICAL AND HISTORICAL
INSTITUTE IN THE STATE OF SÃO
PAULO.

RESUMO

Em 1894, sob os auspícios das elites políticas regionais, foi fundado o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Neste espaço privilegiado de convivência e trânsito de grupos letrados na capital, seus associados buscaram construir, ao longo das primeiras décadas do século XX, uma visão ufanista do passado, destacando os feitos paulistas na história nacional. Nas páginas da revista do Instituto foram publicados, em meio a uma imensa variedade de temas abordados, textos que, analisados neste artigo, permitem compreender algumas das múltiplas formas de representação do mundo natural em circulação durante a Primeira República.

Palavras Chave: identidade paulista; mundo natural; expansão econômica.

ABSTRACT

In 1894, under the auspices of the regional political elitist groups, the Geographical and Historical Institute in the state of São Paulo was founded. At this privileged space of companionship and circulation of enlightened groups at the capital, its associates tried to build, throughout the first decades of the 20th century, a vain-glorious sight of the past times, highlighting the deed in the national history. In the pages of the magazine of the Institute, texts which were published among a huge variety of issues approached, analyzed in this article allow us to understand some of the multiple forms of representation of the natural world in circulation during the period know as "First Republic".

Keywords: paulista identity; natural world; economical expansion

* Versões preliminares deste trabalho foram apresentadas e debatidas durante o XXV Simpósio Nacional de História (ANPUH) e no XX Encontro Regional de História (ANPUH/SP).

** Professor Adjunto do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia. E-mail mhmhistor@hotmail.com

I

Na atualidade, a questão ambiental tem se apresentado como um dos temas mais promissores para a reflexão das ciências humanas, com diversas pesquisas que se dedicam ao estudo das relações do homem com a natureza. Mais especificamente na História, é a *História Ambiental*, já amplamente estabelecida no Brasil, que elucida, dentre diversas possibilidades temáticas e teóricas, as transformações do meio ambiente que foram, de modo preponderante, impulsionadas pela ação humana¹. A virada do século XIX, em especial, é um período que oferece indícios bastante promissores para a compreensão dessas transformações, devido à expansão agrícola que estimulou a colonização de amplas regiões do interior brasileiro, até então inexploradas.

Este é o caso do estado de São Paulo, que nas últimas décadas do século XIX viu uma imensa área no interior de seu território, indicada frequentemente nos mapas como *zona desconhecida*, ser incorporada à economia da então Província. Este processo foi impulsionado pelo desenvolvimento da cafeicultura, que criou as condições necessárias para a posse efetiva do território, estimulando o avanço de milhares de migrantes e imigrantes em direção às novas terras. Movimento diverso, tanto em relação aos sujeitos envolvidos, quanto à força motriz geradora, mas que, entre os anos de 1850 e 1950, inseriu todas as regiões paulistas na lógica da produção agrícola nacional².

As mudanças impulsionadas pela cafeicultura foram alvo de reflexão nas páginas do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo,

¹ Para uma compreensão dos fundamentos teóricos da História Ambiental, e de seu desenvolvimento enquanto área do saber, consultar: PADUA, José Augusto. *As bases teóricas da história ambiental*. Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro: 2010, vol.24, n.68. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Ver também: DRUMMOND, José Augusto. *A História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa*. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro: 1991, vol. 4, n. 8. Disponível em: <http://www.scielo.br>.

² Sobre estas forças de colonização que modificaram o perfil sócio-econômico do estado de São Paulo, ver: MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. Trad. Ary França e Raul de Andrade e Silva. São Paulo: Hucitec, 1984.

que constituía-se como um valioso espaço de sociabilidade das elites econômicas e intelectuais. Os sócios do Instituto atentaram para a transformação pela qual passava o estado de São Paulo, em particular, e o Brasil como um todo. Homens de sua época, eles dialogaram ativamente com o darwinismo social e o cientificismo, evocando os sonhos modernizantes e modernizadores de uma sociedade em ampla transformação³. Analisar a produção intelectual veiculada nas revistas do IHGSP, entre os anos de 1894 e 1940, período de maior prestígio da agremiação, nos remete aos modos de percepção sobre o mundo natural, exatamente em um momento tão marcante, devido ao amplo processo de desbravamento das terras paulistas, na história das relações entre homem e natureza.

II

A fundação do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, em 1894, seguiu o modelo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, erigido em 1839 e pioneiro dessas agremiações no Brasil. Como afirmou Manoel Luís Salgado Guimarães, o IHGB tinha como objetivo construir, por meio das ciências (principalmente da História e da Geografia), fatos que consolidassem uma determinada visão sobre a cultura e a sociedade brasileira, tendo como centro a corte Imperial, sediada no Rio de Janeiro⁴. Desviando o olhar para São Paulo, o IHGSP tinha como meta também a construção de uma identidade nacional, porém destacando especialmente os feitos paulistas, projetando em um passado idealizado, e muitas vezes mítico, uma suposta liderança do estado de São Paulo

³ Sobre o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, ver: FERREIRA, Antonio Celso. *A epopéia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)*. São Paulo: Ed. da Unesp, 2002. As mudanças sociais e culturais resultantes da expansão econômica no interior paulista foram estudadas por: CAMPOS, Raquel Discini. *Mulheres e crianças na imprensa paulista: educação e história*. São Paulo: Ed. Unesp, 2009.

⁴ GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. *Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional*. Rio de Janeiro: Revista Estudos Históricos, 1988.

em relação ao Brasil⁵. Já no texto de apresentação da 1ª Revista do Instituto, publicada no ano de 1895, revela-se o apelo ao regionalismo jactante que marcou grande parte de sua produção: “A História de São Paulo é a própria história do Brasil”⁶.

A exaltação da história de S. Paulo é o centro dos trabalhos publicados nas revistas do IHGSP, e os responsáveis por essa elaboração eram, em sua maioria, membros da elite econômica do estado. Em seu conjunto eles exerciam, de forma preponderante, posições de liderança na hierarquia governamental, tanto em nível estadual quanto federal⁷. Além disso, aliavam suas carreiras políticas à projetos intelectuais, com um tipo de produção discursiva que permeava o campo da Literatura e da Ciência⁸. Com estilos variados e muitas vezes de difícil classificação, os trabalhos publicados no período compreendido entre os anos de 1894 e 1940 formam um grupo de textos ricos em ecletismo e variações espontâneas sobre as ciências da época, resultado da falta de formação acadêmica específica de grande parte dos literatos do final do século XIX⁹.

Esse grupo de letrados, partícipes do espaço de sociabilidade inaugurado pelo IHGSP, observou as transformações econômicas, políticas e

⁵ A respeito dos diversos projetos de nação durante a chamada República Velha, consultar: OLIVEIRA, Lúcia Lippi de. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, CNPQ, 1990. Em relação ao papel dos Institutos Históricos na construção de identidades regionais, ver: SCHWARCZ, Lília Moritz. *O Espetáculo das raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

⁶ A História de São Paulo é... In: *Revista do IHGSP*, volume I: São Paulo, 1895.

⁷ Para maiores informações sobre o perfil sócio-econômico dos agremiados do IHGSP, e suas relações com o poder, consultar: MAHL, Marcelo Lapuente. *Teorias raciais e interpretação histórica – o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (1894-1940)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual Paulista (Unesp). Assis, 2001.

⁸ Exemplo dessa dupla ambição pode ser observado na figura de Washington Luis que, além de sua carreira política, tendo exercido, entre outros cargos, o de presidente da república entre os anos de 1926 e 1930, manteve também uma ativa vida intelectual, escrevendo e editando vários estudos voltados principalmente às temáticas paulistas. Sobre esse percurso político-literário, ver: FERREIRA, Antonio Celso; LUCA, Tania Regina de. O Tradicionalista Moderno. Washington Luis: Política, espetáculo e Letras Históricas. In: FERREIRA, Antonio Celso; MAHL, Marcelo Lapuente (orgs). *Letras e identidades – São Paulo no século XX: capital e interior*. São Paulo: Annablume, 2008.

⁹ FERREIRA, op. cit.

sociais que ocorriam de forma vertiginosa tanto na capital quanto no interior paulista. Nestas regiões, em especial, a cafeicultura impulsionou as forças que abriram novos caminhos pelos assim chamados *sertões*, erigindo cidades, convertendo zonas até então desconhecidas em áreas de efervescência agrícola, além de sedimentar as condições necessárias para a diversificação produtiva e comercial, principalmente a partir da década de 1920¹⁰.

No contexto do desenvolvimento agrícola nacional, o estado de São Paulo se distinguia. Sustentada principalmente por seu complexo cafeeiro, a economia paulista se destacava não somente pelo constante crescimento populacional, mas também pelo franco desenvolvimento industrial da capital, que exigia matérias primas em cada vez maior quantidade¹¹. Tais demandas ofereceram significativos estímulos à produção rural no interior. Novas necessidades que se traduziram em números bastante expressivos, revelando a força e a importância das atividades agrárias do Estado. No final da década de 30, por exemplo, o estado de São Paulo possuía o segundo maior efetivo de gado bovino no Brasil, com 3.484,614 cabeças; a maior malha viária brasileira, que se estendia por 48.059 quilômetros; o maior número de veículos a motor, com um total de 76.894 veículos, sendo 29.745 para carga; a maior área agrícola ocupada, totalizando 4.502,282 *ha*, e a segunda maior população brasileira, com 7.305, 407 habitantes¹².

Os pioneiros que formaram essa onda populacional tinham uma origem diversificada. Não foram, portanto, somente paulistas que compunham

¹⁰ A expansão agrícola, nas primeiras décadas do século XX, foi um fenômeno bastante amplo, com o desenvolvimento em todo o país de atividades rurais, impulsionadas, entre outros fatores, pela crescente demanda internacional, que ocorreu a partir da Primeira Guerra Mundial, e também pelo aumento populacional brasileiro. Da variada bibliografia disponível sobre o tema, consultar: FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. Brasília: UNB, 1963; PRIORE, Mary Del; VENÂNCIO, Renato. *Uma história da vida rural no Brasil*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

¹¹ Para uma reflexão sobre a formação do parque industrial paulista, ver: DEAN, Warren. *A industrialização de São Paulo*. Trad. Octavio Mendes Cajado. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

¹² Dados coletados em: Anuário Estatístico do IBGE. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1908; Anuário Estatístico do IBGE. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1938; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Estatística do século XX*. In: IBGE. Base de dados disponível em <http://www.ibge.gov.br/>. Acesso entre janeiro e fevereiro de 2013; Anuário Estatístico de São Paulo. São Paulo: Arquivo do Estado, 1924.

essa força produtiva; mas também mineiros, nordestinos, estes oriundos principalmente dos estados da Bahia e Ceará, além da uma variada mão-de-obra imigrante, onde se destacaram italianos e espanhóis¹³. Desse modo, enormes contingentes de trabalhadores se lançaram em busca de oportunidades nas novas terras, entrando em contato diário com um meio natural desconhecido, compreendido imediatamente como uma barreira que precisava ser transposta, para a realização dos sonhos de desenvolvimento, riqueza e modernidade que marcaram o início do século XX.

Entretanto, a proeminência das idéias que enalteciam o avanço pioneiro e o domínio da natureza pelo homem, como formas de expressão máxima do progresso, não impediram a formação de uma oposição às formas como esse processo transcorria. Frente à conquista do mundo natural pelo homem, surgiram contradiscursos que seguiam um caminho oposto ao usual, destacando não as glórias da expansão sobre o sertão, mas sim as conseqüências destrutivas dessa ação sobre a natureza. Também a violência e o desprezo que fundamentaram os contatos entre homens e animais, nessas décadas de desbravamento do território, não ficaram imunes às críticas de muitos observadores daquele momento da história de São Paulo.

A melhor compreensão desses discursos, que apontavam para as contradições do progresso econômico e de suas conseqüências ecológicas, contribui para elucidar a diversidade de imagens construídas pelo homem sobre a natureza, que se transformava rapidamente na medida em que as populações se espalhavam por todo o território paulista. Nesse sentido, dois exemplos – um primeiro, contra a destruição das florestas e, em seguida, uma crítica à caça indiscriminada praticada no Brasil - podem ser apontados como elucidativos da presença desses múltiplos olhares sobre o mundo natural.

¹³ Um retrato da multiplicidade étnica que chegou, no começo do século XX, ao interior paulista, resultante da expansão cafeeira, pode ser encontrado em: ALMEIDA, Antonio Tavares. *Oeste Paulista – a experiência etnográfica e cultural*. Rio de Janeiro: Ed. Alba, 1943. Um outro estudo fundamental sobre o assunto é o trabalho de: BEIGUELMAN, Paula. *A formação do povo no complexo cafeeiro – aspectos políticos*. São Paulo: Edusp, 2005.

III

Por mais estranho que possa parecer, a falta de madeira no Brasil é relatada como um problema desde pelo menos o século XVIII, quando a coroa portuguesa já tentava controlar a devastação por meio de leis e decretos régios que, na maioria das vezes, eram simplesmente ignorados¹⁴. No estado de São Paulo, apesar da economia canavieira setecentista também ter exercido uma pressão importante sobre as matas, foi o desenvolvimento da cafeicultura que impulsionou a grande destruição das florestas, tanto nas áreas próximas à capital quanto no interior. A falta de combustível e de madeira tornou-se um problema amplamente discutido desde as décadas finais do século XIX, e deu origem a posicionamentos bastante ostensivos contra a destruição das áreas intocadas que ainda resistiam, sempre ameaçadas pelo rápido avanço econômico¹⁵.

A pressão que a economia cafeeira exerceu sobre os recursos florestais foi direta, uma vez que a cobertura vegetal resultante das queimadas foi o adubo principal que alimentou os milhões de pés de café que, cada vez mais, se espalhavam por todo o estado como uma *onda verde*, segundo expressão imortalizada por Monteiro Lobato. Por outro lado, o desenvolvimento populacional e urbano consequente ao surto cafeeiro aumentou a demanda pelos recursos da floresta, principalmente madeira para a carpintaria e marcenaria, além de lenha para combustível. Também a implantação e o constante crescimento da malha ferroviária paulista trouxeram a necessidade de milhares de dormentes, além de grande parte das locomotivas serem alimentadas com carvão vegetal, ou mesmo diretamente com madeira. O resultado principal de tantas transformações para o mundo natural - a devastação das florestas - não

¹⁴ Sobre a devastação das florestas nacionais, ver: DEAN, Warren. *A ferro e fogo. A história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. Trad. Cid. Knipel Moreira. São Paulo: Cia das Letras, 2000; ver também: PADUA, José Augusto. *Um sopro de destruição – pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista 1786-1888*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

¹⁵ DEAN, op. cit.

passou despercebido aos olhos de determinados setores das camadas médias urbanas. Vários textos publicados em jornais e revistas apontam para a formação de uma oposição à rápida destruição desses recursos e principalmente do seu principal algoz: o fogo, base fundamental da produção agrícola cafeeira¹⁶.

Essa atenção às consequências da intervenção humana no meio ambiente evidencia-se já em 1913, na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, no estudo do sócio Antonio Raposo de Almeida. Em seu texto, o autor registrou, com bastante pesar, a destruição florestal em curso na região de Campos do Jordão, que teria desencadeado importantes desequilíbrios na biota local. Afirma ainda, com certo saudosismo, que conheceu “os Campos sem uma cobra, sem ervas venenosas, sem carrapatos, sem qualquer insecto, e nas águas sem qualquer vida animal”¹⁷. Entretanto, a mudança da realidade ecológica da cidade que, no final do século XIX, era um dos destinos mais requisitados pelos amantes dos poderes curativos das estações hidrominerais, já havia se dado. No relato de Almeida “hoje, com a devastação e a queima das matas ao redor, e a destruição dos pinheirais e diminuição de suas ubérrimas exalações, essas excelentes circunstâncias diminuiram muito”¹⁸. Alguns anos mais tarde, também na revista do Instituto paulista, o historiador Pedro Dias de Campos chamou a atenção das autoridades estaduais para a situação de degradação ambiental do morro do Jaraguá, nas circunvizinhanças da cidade de São Paulo. Criticando principalmente os proprietários, Campos elaborou uma eloqüente defesa da mata que outrora existiu no local, opondo-a ao panorama de desflorestamento observado naquelas encostas.

¹⁶ Sobre a veiculação, na imprensa do interior paulista, de textos apontando para a crescente degradação ambiental, ver: MAHL, Marcelo Lapuente. *Ecologias em terra paulista (1894-1950): as relações entre o homem e o meio ambiente durante a expansão agrícola do Estado de São Paulo*. Tese de Doutorado. Universidade Estadual Paulista: Assis, 2007.

¹⁷ ALMEIDA, Antonio Raposo de. Os campos do Jordão na história e na Lenda. In: *Revista do IHGSP*, v. XVIII, 1913. p. 221.

¹⁸ ALMEIDA, *Ibidem*.

Há apenas dez annos que a inextricável floresta virgem, foi, pouco a pouco, criminosamente arrasada, sendo as primorosas essências florestaes, reduzidas ao negro carvão, combustível preferido nas lareiras improvisadas da extranja aventureira. As árvores formosas, cujas ramagens em comas ondulantes e floridas perfumavam o ambiente – davam a visão de um cômodo coberto de verde tapete. Essa belleza natural já não existe. A ganância pelo lucro, reduzido a mysterioso pico e suas encostas, em um monte desnudo, pardacento e triste. A alegre e verdejante elevação, despida agora do seu ornamento natural, faz lembrar um amontoado de escombros reunidos naquelle ponto.

Quem o avistar hoje, negreando entre a sua auréola de nuvens brancas, acreditará tratar-se de um monte rochoso, onde nunca existiu a vida vegetal. Há apenas um descenso que elle a esse estado foi reduzido, pela mão impiedosa de proprietários interesseiros¹⁹.

Além da condenação à destruição florestal, como o trecho supracitado, vale ressaltar outro exemplo de crítica ambiental na esfera intelectual paulista, ligado agora aos debates relacionados à proteção dos animais. Discurso que encontrou um terreno fértil para o seu desenvolvimento, principalmente a partir do final do século XIX, quando começam a se fortalecer movimentos organizados e com força para exigir mudanças na Europa e nos Estados Unidos. É desse período que remontam várias das primeiras leis aprovadas com o objetivo de proteger áreas ricas em diversidade ambiental. Em especial, nas colônias inglesas na África, onde se aprovou o primeiro acordo ambiental do mundo, em 1900, assinado por países que, em sua maioria, estavam envolvidos na corrida neocolonial no continente²⁰.

¹⁹ CAMPOS, Pedro Dias de. As minas de ouro do Jaraguá. In: *Revista do IHGSP*, v. XXVII, 1929. p. 61.

²⁰ MACCORMICH, John. *Rumo ao Paraíso – a história do Movimento Ambientalista*. Trad. Marco Antonio da rocha e Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Relumê-Dumará, 1992.

Um dos movimentos precursores de proteção aos animais foi liderado pelos ornitólogos. Desde 1868, vários desses especialistas já tentavam iniciar ações em defesa das aves, afirmando a importância delas na manutenção das florestas e no controle das pragas. Em 1902, por exemplo, uma convenção de proteção aos pássaros foi assinada por 12 países europeus, fortalecendo outros movimentos do mesmo gênero por toda a Europa²¹. E foi justamente um apaixonado e estudioso das aves, o zoólogo alemão Hermann Von Ihering, que publicou um dos primeiros e mais efetivos discursos de proteção dos animais produzidos no interior dessa rede de cientistas e intelectuais que circulavam ao redor do IHGSP. Formado em medicina e ciências naturais, Ihering chegou ao Brasil para fazer parte da Comissão Geográfica e Geológica do Estado, até assumir, em 1894, a direção do recém fundado Museu Paulista²².

Sua permanência no Brasil foi marcada por dois aspectos. Primeiramente, pelo rigor científico e pelo prestígio que o pesquisador conseguiu imprimir ao Museu Paulista e sua revista. Entretanto, sua história em terras nacionais também ficou conhecida pela controversa gerada por um artigo publicado na própria revista do Museu, em 1908. Neste texto, Ihering defendeu uma ação enérgica contra os povos *kaingangs*, que naquele momento demonstravam uma obstinada resistência ao processo de expansão econômica rumo ao interior, que avançava vertiginosamente sobre terras indígenas²³. Tais afirmações acabaram desencadeando um debate que extrapolou os meios acadêmicos, o que enfraqueceu sua posição no cenário intelectual paulista, levando-o a abandonar o cargo de diretor do museu em 1916, em meio a críticas que chegaram a acusações pessoais de má conduta administrativa.

Um traço interessante que se observa, durante o período de atividade intelectual de Ihering no Brasil, é o contraste entre suas posições

²¹ MACCORMICH, *Ibidem*.

²² Sobre a fundação do Museu Paulista e a atuação de Hermann Von Ihering na Instituição, ver: LOPES, Margaret Maria. *O Brasil descobre a Pesquisa Científica – os museus e as ciências naturais no século XIX*. São Paulo: Hucitec, 1997.

²³ GAGLIARDI, José Mauro. *O indígena e a República*. São Paulo: Hucitec, Edusp, Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo, 1989.

pouco humanitárias em relação aos índios kaingangs, de um lado, e, de outro, o zelo com que defendia o mundo natural no geral, e os pássaros, em particular; contradição esta que deve ser entendida, também, a partir da lógica das teorias raciais e de sua influência sobre a intelectualidade no final do século XIX. Não obstante, nos trabalhos publicados nas revistas do Museu Paulista e do IHGSP, Ihering demonstrou uma compreensão bastante apurada sobre as relações ecológicas e a necessidade de preservação da natureza.

Em 1900, o diretor do Museu Paulista defendeu veementemente a urgência de se criar novas leis de proteção às aves, além da necessidade de aumentar a fiscalização sobre a caça no estado de S. Paulo. Destacando a importância dos pássaros para o equilíbrio natural, principalmente no que se refere à diminuição das pragas e à polinização das plantas, Von Ihering culpou as “constantes queimadas dos campos [...] e as derrubadas das mattas e capoeiras”²⁴ como responsáveis pela diminuição no número desses animais, situação já perceptível aos olhos do cientista. Além disso, o parco lucro dos caçadores não justificaria o estrago “está provado assim, que esta caça insignificante, se não der prejuízo, não poderá dar lucro”²⁵, e a própria moda européia, que “desde que [...] deu preferência às aves, as casas de confecção e modas consomem quantidade colossal de plumagens”²⁶, contribuíram, segundo o autor, de modo significativo para a perseguição às aves. Continuando a reforçar seus argumentos, após apresentar os exemplos de leis ambientais adotadas na Europa e nos Estados Unidos, Ihering recomenda como única forma capaz de diminuir a ação desenfreada e criminosa “uma medida radical, usada em circunstâncias análogas nos países europeus – a supressão da caça por certo numero de annos”²⁷.

²⁴ IHERING, Hermann . Necessidade de uma lei federal de caça e protecção das aves. In: *Revista do Museu Paulista*, v. V, 1900. p. 242.

²⁵ IHERING, *ibidem*. p. 243

²⁶ IHERING, *ibidem*, p. 246

²⁷ IHERING, *ibidem*, p. 260

Alguns anos mais tarde, em um artigo intitulado “Protecção ás Aves”, Von Ihering voltou ao tema. Mantendo o teor crítico, colocava-se novamente contrário à destruição ambiental, culpando principalmente a “ganância do homem” que “já causou estragos immensos, extinguindo numerosas espécies de animaes e plantas, e entre elas muitas de valor econômico”²⁸. Este trecho em especial mostra a sua propensão à defesa de uma exploração racional do meio ambiente, que poderia, se bem administrada, oferecer riquezas imensas ao país. Como afirmou em 1900, a proteção da natureza era uma questão de patriotismo, pois o objetivo final era o engrandecimento econômico do Brasil.

Procurei quanto possível de excluir considerações estheticas e sentimentaes, salientando apenas as consequências fataes da desenfreiada destruição da vida animal para o clima e a producção, mas não posso deixar de pronunciar a opinião, que só a brutalidade e a estupidez podem ficar indifferentes perante a insensata devastação da rica natureza do paiz. O amor do solo com as suas producções vegetaes e animaes é um dos fundamentos mais sólidos do sincero patriotismo²⁹.

A visão sobre o mundo natural propagada por Hermann Von Ihering, assim como a crítica à destruição das florestas feita pelos agremiados Antonio Raposo de Almeida e Pedro Dias de Campos, demonstram o quanto o tema do meio ambiente já estava inserido nas questões discutidas entre as elites intelectuais que formavam o quadro associativo do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. O estudo de suas idéias permite uma compreensão mais abrangente dos esforços

²⁸ IHERING, Hermann Von. *Protecção ás aves*. In: Revista do Museu Paulista, v. IX, 1910. p. 316.

²⁹ IHERING, 1900. *op. cit.*, p. 258. Cabe anotar que esta relação entre natureza e patriotismo já aparecia nos discursos de muitos intelectuais desde o século XIX. Sobre as relações entre natureza e nacionalismo, ver: PADUA, *op. cit.*; FRANCO, José Luiz de Andrade; DRUMMOND, José Augusto. *Protecção à Natureza e Identidade Nacional no Brasil, anos 1920-1940*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009.

de superação de uma visão predatória da natureza, materializada no dilema desenvolvimento *versus* meio ambiente, muito antes da década de 1980, período de maior expansão e popularização dessa temática no país. Além disso, àqueles discursos de proteção à natureza, existentes na primeira metade do século XX, ajudam a compreender de que modo os movimentos ambientalistas modernos atualizaram antigas lutas, dialogando, inadvertidamente, com um conjunto de propostas que foram relevantes no passado, mas que, em sua maioria, permanecem esquecidas no tempo.